

Perdas internacionais: uma aproximação conceitual

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo oferecer uma aproximação para o conceito de perdas internacionais, amplamente utilizado pelo político gaúcho Leonel Brizola. Inicialmente, Brizola utilizava o termo “processo espoliativo” para referir-se a uma lógica supostamente predatória envolvendo empresas multinacionais, capital financeiro e o sistema produtivo brasileiro. Após o retorno do exílio, o “processo espoliativo” deu lugar às “perdas internacionais” em seu discurso. O termo abarca quatro dimensões: deterioração dos termos de troca, remuneração do passivo externo, dependência tecnológica, e conformação de uma estrutura produtiva subdesenvolvida. O termo é útil nos campos teórico e normativo e recoloca o debate entre subdesenvolvimento e setor externo em outros termos não captados por categorias isoladas como deterioração dos termos de troca, restrição de divisas e fragilidade externa, entre outros.

Palavras-chave

Perdas Internacionais; Processo Espoliativo; Leonel Brizola.

ABSTRACT

This work offers readers a closer look at the concept of international losses, widely used by Leonel Brizola, a politician from Rio Grande do Sul state in the south of Brazil. Initially, Brizola preferred the term “spoliation process” when referring to a supposedly predatory logic involving multinational corporations, financial capital and the Brazilian productive system. On his return from exile, the term “spoliation process” gave way to “international losses” in his discourse. This term encompasses four different dimensions: a deterioration in the terms of trade; the return on external liabilities; technological dependency; and the shape of an underdeveloped productive structure. The term is useful in the normative and theoretical fields and reignites the debate over underdevelopment and the foreign sector in a way that is not always fully covered when using isolated categories, such as the deterioration in terms of trade, currency restrictions or external weakness, among others.

Keywords

International Losses; Spoliation Process; Leonel Brizola.

1. Professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Introdução

Este trabalho tem como objetivo oferecer uma aproximação para o conceito de perdas internacionais, amplamente utilizado nos discursos de Leonel Brizola, político trabalhista gaúcho que adquiriu projeção nacional após a Campanha da Legalidade, e que disputou as eleições presidenciais em 1989, ficando em terceiro lugar.

Inicialmente, o político gaúcho utilizava o termo “processo espoliativo” para referir-se a uma lógica supostamente predatória e, em muitos aspectos, fraudulenta, envolvendo empresas multinacionais (em especial as norte-americanas), capital financeiro e o sistema produtivo brasileiro, materializada na forma de remessa de recursos para o exterior – ou seja, na apropriação de parte da renda gerada na economia doméstica por agentes não residentes e nos desequilíbrios causados por essas relações. Após o retorno do exílio, o “processo espoliativo” deu lugar às “perdas internacionais” em seu discurso, com significado semelhante, mas incorporando também a parte legítima e não fraudulenta que essas relações envolvem.

Este trabalho tem por objetivo mostrar que o termo perdas internacionais é útil nos campos teórico e normativo para compreender a relação entre o subdesenvolvimento brasileiro e o setor externo, abarcando quatro dimensões: deterioração dos termos de troca, remessas de recursos para o exterior na forma de remuneração do passivo externo, dependência tecnológica e conformação de uma estrutura produtiva que caracteriza o subdesenvolvimento.

O artigo está organizado em três seções. A primeira mostra a importância do setor externo na explicação da trajetória econômica de países periféricos, discutindo os conceitos de restrição externa, vulnerabilidade externa e dependência. As perdas internacionais são objeto da seção dois, que oferece uma aproximação conceitual para as perdas internacionais, com base na leitura de alguns discursos de Leonel Brizola e de documentos de sua sigla política, o PDT (Partido Democrático Trabalhista). A seção três compara o conceito de perdas internacionais com os conceitos discutidos na seção dois, e discute a importância teórica e normativa do termo.

1. Setor externo e trajetória econômica dos países periféricos

Nos campos teórico e normativo, diversas contribuições se notabilizaram por associar o setor externo às diferenças nas trajetórias econômicas dos países periféricos quando comparadas às dos países centrais.² Uma das mais importantes foi a contribuição da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Formulada por Raúl Prebisch em 1949 (PREBISCH, 2000), a tese da tendência à deterioração dos termos de troca explicaria as crises cambiais periódicas que ocorrem na periferia. Isso ocorreria porque esta última, produtora e exportadora de produtos primários, não conseguiria captar, na forma de preços mais baixos, o progresso técnico ocorrido no centro industrializado: na fase de contração cíclica da economia, os preços dos produtos industrializados caem menos do que os preços dos produtos primários oriundos da periferia. Por sua vez, a queda destes últimos durante a fase de contração cíclica é mais intensa do que a alta na fase de expansão, determinando uma tendência baixista no longo prazo. Além disso, produtos primários têm menor elasticidade-renda da demanda do que os produtos industrializados, de modo que economias primárias exportadoras estão fadadas a obter taxas de crescimento do PIB inferiores às dos países industrializados.³

As características da estrutura produtiva e a tendência declinante dos preços dos produtos primários em relação aos industrializados determinariam, na periferia, uma permanente restrição de divisas – especialmente durante a fase de contração cíclica⁴ –, agravada pelas pressões exercidas por uma estrutura de demanda diversificada, as quais, devido à baixa diversificação da estrutura produtiva, seriam satisfeitas por importações. O crescimento econômico, assim, é restrito pelo balanço de pagamentos, e a ampliação das exportações seria fundamental para empurrar a restrição externa.⁵

2. Utilizamos a caracterização cepalina para centro e periferia: como resultado da divisão internacional do trabalho, o progresso técnico se difunde mais rápido no centro, e na periferia a difusão é mais lenta e concentrada no setor primário-exportador. Além de operar em condições estruturalmente duais, a periferia ainda estaria condicionada a uma tendência à deterioração dos termos de troca, e a crises cambiais periódicas (BIELSCHOWSKY, 2000).

3. Rodríguez (2009) discute as distintas formulações para a tese da deterioração dos termos de troca, bem como faz sua defesa após resenhar o debate que critica a sua validade.

4. Na fase de contração cíclica, caem os preços dos produtos primários, reduzindo o saldo comercial (ou agravando o déficit), e ao mesmo tempo se retraem os fluxos voluntários de capitais externos na forma de empréstimos e investimentos. A obra clássica de Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*, foi pioneira na percepção dessa assimetria (Furtado [1959], 2006).

5. Busato (2012) apresenta uma boa síntese dos argumentos cepalinos para explicar a tendência à deterioração dos termos de troca e o problema da restrição externa.

No plano normativo, a industrialização constitui estratégia fundamental para superar essas condições: permite diversificar a estrutura produtiva e substituir importações, além de deslocar o centro dinâmico para o mercado interno (FURTADO [1959], 2006; TAVARES, 1963).⁶ Até a década de 1980, a industrialização por substituição de importações constituiu o cerne do modelo de desenvolvimento latino-americano.

O problema da restrição de divisas não aparece apenas no plano do comércio internacional de bens e serviços. As economias periféricas são também devedoras líquidas em moeda estrangeira, de modo que a obtenção de superávits em transações correntes só pode ser obtida mediante uma combinação virtuosa de forte expansão de preços e da demanda internacional por produtos primários, condição que normalmente não se verifica, ou não é duradoura. As variáveis que determinam esta combinação virtuosa estão fora do controle dos governos periféricos, e essas economias, assim, operam com déficits persistentes em transações correntes, sendo fortemente dependentes de fluxos de capitais externos para financiá-los. Na fase expansiva do ciclo econômico mundial, a periferia beneficia-se duplamente, porque ao mesmo tempo que os saldos comerciais dessas economias se elevam, elas também recebem maiores fluxos de capitais externos. Por outro lado, durante a reversão do ciclo, penam duplamente, porque caem os saldos comerciais e diminuem os fluxos de capitais externos (ou, o que é mais recorrente, ocorre fuga desses capitais).⁷

Os resultados das formulações cepalinas são confirmados pelos modelos de tradição pós-keynesiana, particularmente os de Nicholas Kaldor e Anthony Thirlwall. Para esses autores, a restrição de balanço de pagamentos constitui o mais importante obstáculo ao crescimento econômico, impondo limites ao crescimento econômico muito antes que as condições da oferta o façam (BUSATO, 2012). A equação fundamental do modelo estabelece que o produto de equilíbrio é dado pela relação entre

6. Mas, como mostrou Tavares (1963), a industrialização não afasta o problema da restrição externa – pelo contrário, pode agravar, devido à demanda derivada por importações resultante da nova indústria instalada.

7. Novamente Furtado ([1959] 2006) também foi um dos pioneiros a perceber esta assimetria, a qual chamou de “dupla bonança” e “dupla penúria”. Atento à crise da primeira década republicana, para Furtado a retração do comércio internacional teria um papel primordial, enquanto para Bastos (2009) a retração dos fluxos financeiros teria sido mais importante.

exportações e a propensão a importar.⁸ Distintas taxas de crescimento econômico entre os países seriam explicadas com base no grau de desenvolvimento tecnológico, do grau de industrialização, da estrutura da demanda – a propensão a importar captaria todas essas variáveis, de tal modo que essa perspectiva “se coaduna com boa parte dos argumentos teóricos desenvolvidos pela escola cepalina, especialmente [os de] Prebisch” (BUSATO, 2012, p. 51).

A introdução dos fluxos de capitais externos no modelo permite afrouxar a restrição externa, possibilitando que uma economia alcance maiores taxas de crescimento incorrendo em déficits em transações correntes, desde que haja disponibilidade de financiamento externo. Contudo, esses déficits não podem ser persistentes nem crescentes, porque caso os operadores dos mercados financeiros globais percebam deterioração das condições de solvência externa, reduzirão (ou até mesmo suspenderão) o financiamento.

Daí a importância de outro conceito, o de vulnerabilidade externa. O conceito está associado à capacidade de uma economia resistir a pressões, fatores desestabilizadores ou choques externos e pode ser encarada sob duas dimensões: a primeira envolve as opções de resposta aos choques externos, enquanto a segunda envolve os custos de enfrentamento e de resposta a esses choques. Quanto menores as opções de políticas e quanto maiores os custos, maior será a vulnerabilidade externa (GONÇALVES, 2006, p. 36).

A articulação entre os conceitos de vulnerabilidade e restrição externa permite perceber um padrão assimétrico de inserção externa, no qual a periferia está mais sujeita às volatilidades dos fluxos de comércio e de capitais, o que acaba por lhes impor políticas de ajustamento que também geram volatilidades no ciclo econômico, dificultando as mudanças estruturais. Em geral, o padrão de resposta às crises externas passa por políticas macroeconômicas “austeras”, nos planos monetário e fiscal, como forma de reduzir a absorção interna, e política cambial com o intuito de promover mudança nos preços relativos, tendo como objetivo final reduzir o déficit em transações correntes. Essas políticas tendem a comprometer o crescimento do produto e do emprego, e especialmente após o período da globalização financeira, relegar essas economias a trajetórias do tipo *stop-and-go*.

8. Trata-se do resultado do modelo que considera a condição de equilíbrio de balanço de pagamentos restrito, isto é, sem considerar os fluxos financeiros e os pagamentos a serviços de fatores. Busato (2012) discute a forma estendida do modelo, que considera esses outros fluxos.

Em uma vertente fora dos circuitos keynesiano e cepalino, a teoria marxista da dependência (TMD), de Ruy Mauro Marini, incorpora elementos de crítica da economia política para lançar um olhar sobre as relações externas das economias subdesenvolvidas em relação às economias desenvolvidas. De acordo com essa abordagem, o sistema econômico em escala global é organizado de forma hierárquica, e cria “centros mundiais de acumulação de capital e regiões dependentes em um processo global de transferência de valor que tende a retroalimentar esta polarização” (MARTINS, 2013, p. 17). Enquanto as abordagens keynesiana e cepalina consideram a possibilidade de superação do subdesenvolvimento, na TMD o subdesenvolvimento é parte integrante do sistema capitalista, produto do próprio processo de acumulação capitalista que gera simultaneamente regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. A relação entre as duas regiões é de subordinação desta última com relação à primeira, e esta, por sua vez, detém o controle da tecnologia, das finanças e do comércio exterior, assegurando-lhes as melhores condições em termos de preços relativos e estrutura produtiva (CERQUEIRA, 2014). A dependência das economias subdesenvolvidas se manifesta nas dimensões tecnológica e financeira, e relega as economias dependentes a uma posição subordinada na divisão internacional do trabalho como exportadora de produtos primários e importadora do padrão de acumulação do capital. Esse processo de transferência de valor se dá de diversas formas: apoiado no comércio internacional por meio do mecanismo de trocas desiguais, ou por meio da remessa de excedentes nas formas de lucro, juro, amortização ou *royalty* (CERQUEIRA, 2014).

2. Do processo espoliativo às perdas internacionais

Os conceitos e as categorias discutidos até aqui procuram, cada qual à sua maneira, dar conta das relações entre as economias periféricas e o setor externo. Uma categoria pouco utilizada no estudo do setor externo brasileiro é a de *perdas internacionais*, cunhado por Leonel Brizola. Procuraremos mostrar que o termo faz dialogar vários conceitos e categorias discutidas acima, sendo útil nos planos teórico e normativo. Primeiramente, serão resgatados alguns discursos nos quais Brizola discute as condições econômicas periféricas e suas relações com o setor externo, para em seguida conceituar as perdas internacionais.

Leonel de Moura Brizola exerceu os cargos de deputado estadual pelo Rio Grande do Sul, deputado federal pelo antigo estado da Guanabara, e governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro por duas vezes, sempre pelo voto direto. Até 1964 exerceu seus mandatos eletivos pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e depois do seu retorno do exílio fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em 1989, disputou a primeira eleição para a Presidência da República desde a ditadura militar e ficou em terceiro lugar, com 11.168.228 votos (15,45%), contra 11.622.673 (16,08%) dados a Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e 20.611.001 votos dados a Fernando Collor de Mello (PRN), que venceu o segundo turno das eleições (AGUIAR, 2012).

Brizola adquiriu projeção nacional quando, ainda governador do Rio Grande do Sul, comandou a Rede da Legalidade, episódio no qual liderou a campanha para garantir a posse do vice-presidente João Goulart após a renúncia do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961. Goulart estava em missão no exterior durante o episódio, e os ministros militares vetaram sua posse, ameaçando prendê-lo caso retornasse ao território nacional. Brizola interveio sobre a Rádio Guaíba, única que ainda não tivera suas atividades interrompidas a mando do Exército, dispôs tropas da Brigada Militar para preservar as torres de transmissão e em seguida iniciou uma transmissão ininterrupta, revezando-se com outros oito locutores em uma campanha pela posse de Goulart. O sinal foi retransmitido por 104 rádios gaúchas, catarinenses e paranaenses (AGUIAR, 2012).

Mas foram outros dois episódios que forjaram a figura de Brizola como opositor do imperialismo norte-americano: em 1959, encampou a Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG), controlada pela norte-americana Electric Bond and Share Company (EBASCO), e em 1962 encampou a Companhia Telefônica Nacional (CTN), subsidiária da também norte-americana International Telegraph and Telephone (IT&T). Em ambos os casos, as companhias subsidiárias das empresas norte-americanas eram acusadas pelo governador de prestarem serviços ruins, a despeito dos preços elevados. As empresas realizavam investimentos insuficientes, mas remetiam lucros para suas matrizes no exterior. Aguiar (2012) descreve as tentativas do governo estadual de solucionar os problemas com as duas empresas de forma negociada, mas em ambos os casos a encampação foi a alternativa possível. As encampações das duas empresas estrangeiras não foram eventos isolados, nem devem ser atribuídas a mero

pragmatismo de um governador desejoso de oferecer serviços de eletricidade e comunicação adequados. Ao contrário, devem ser entendidos como parte de um diagnóstico que associa as condições econômicas periféricas às relações externas da economia brasileira, algumas das quais predatórias.

Aos poucos, Brizola forjou em seu discurso o que ele chamaria “processo espoliativo”: uma relação hierarquizada entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas, que impõe a essas últimas perdas diversas, nem sempre imediatamente perceptíveis. Entre as perceptíveis estão as tendências declinantes dos preços de seus produtos primários exportados em comparação aos produtos industrializados que importam, além das remessas de lucros, pagamentos de juros e *royalties* para o exterior. Em discurso datado de 25/11/1961,⁹ Brizola definia assim o processo espoliativo:

Enquanto continuarmos exportando matérias-primas a preços aviltados e importando bens elaborados a preços continuamente valorizados, submetidos aos acordos, às fraudes, a todo este complexo cipoal de normas e regras que rege o nosso intercâmbio com o mundo exterior, submetidos a uma estrutura econômico-social decorrente desse vai e vem do processo espoliativo, dos juros, dos *royalties*, da exportação legal e ilegal de lucros extorsivos, dos investimentos antinacionais e dos tentáculos da exploração do colonialismo (Muito bem!), nossa economia e o homem brasileiro estarão submetidos a um processo de esclerosamento, de desvalorização que o conduzirá fatalmente a uma espécie de anemia profunda que arrebatará todas as possibilidades imediatas ou futuras de crescimento, de expansão e de real prosperidade (BRIZOLA [1961], 2004, p. 535).

Para Brizola, as relações comerciais eram a face mais visível do processo espoliativo, que está presente “nos termos de comércio e suas múltiplas e imensas implicações, cada vez mais danosas para nós brasileiros” (BRIZOLA [1961], 2004, p. 537). Além das relações comerciais, o investimento estrangeiro e sua consequente remuneração constituíam outra face visível do processo espoliativo. Brizola comparava o investimento estrangeiro à instalação de bombas de sucção, e as remessas de lucro seriam a água, ou a riqueza, drenada por essas bombas:

9. Conferência proferida por ocasião da instalação da Junta Acadêmica Regional do Oeste Paulista e Norte Paranaense, ocorrida em Presidente Prudente (SP).

Quando uma nação economicamente forte se predispõe a fazer inversões em áreas subdesenvolvidas sob sua influência econômica, segundo o modelo até agora adotado pelos Estados Unidos, temos que essas inversões não visam levar o progresso às áreas atrasadas, antes representam a instalação de bombas de sucção destinadas a carrear ainda maiores riquezas para o país investidor (Palmas prolongadas) (BRIZOLA [1961], 2004, p. 538)

Outra face visível do processo espoliativo – porém não imediatamente perceptível em suas ligações – está relacionada com os problemas macroeconômicos. Segundo Brizola, o déficit orçamentário, as emissões, a decadência dos serviços em geral e o aumento dos preços e da inflação ocorrem como forma de aliviar as tensões internas que decorrem do processo espoliativo.

É interessante notar como o discurso de Brizola dialoga com o pensamento econômico brasileiro que se formava então, tendo elementos cepalinos que caracterizam a tendência à deterioração dos termos de troca, e os fluxos de recursos que causam déficit na conta de rendas das transações correntes do balanço de pagamentos como elemento estrutural nas nossas relações externas. O pensamento cepalino também associa a inflação aos déficits externos por meio das desvalorizações cambiais. A passagem acima do discurso de Brizola tem implícito que a solução para os desequilíbrios macroeconômicos não passa por medidas circunscritas ao campo macro – tais como ajuste fiscal e aperto monetário – como forma de combate à inflação, mas sim o combate ao processo espoliativo. Aqui, é claro, há o diálogo com as proposições da tradição heterodoxa brasileira, segundo as quais o combate à inflação teria de ser feito por meio do enfrentamento das suas causas estruturais.¹⁰

Além da inspiração no pensamento cepalino, o discurso de Brizola ainda tem elementos que reportam ao pensamento do economista Ignácio Rangel, ao associar o processo espoliativo a uma estrutura econômica dual, na qual o capitalismo moderno

10. A tradição heterodoxa brasileira dedicou esforços para diagnosticar a inflação em termos distintos da tradição ortodoxa. Para esses últimos, a inflação resulta de excessos de demanda ocasionados por políticas macroeconômicas inadequadamente conduzidas, de modo que ajuste fiscal e contração monetária consistem sempre nas melhores políticas anti-inflacionárias. Já a tradição heterodoxa procurava diagnosticar a inflação segundo as deficiências na estrutura produtiva que engendravam desequilíbrios diversos, em geral, elevações nos custos de produção, principalmente a taxa de câmbio. Este debate pode ser revisitado em Patrício e Araújo (2015), Pereira (2006), Modenesi (2005) e Bastos (2014).

convive com estruturas semifeudais.¹¹ Para Brizola,¹² o processo espoliativo reforçaria a dualidade, e esta seria a sua face menos visível.¹³ Segundo ele,

[...] o processo espoliativo pressupõe, nos países em que atua, a existência de uma estrutura econômico-social modelada à sua imagem. Nas nações como o Brasil a estrutura interna é dualista, isto é, ao lado de uma economia moderna, em contato com o exterior, subsiste, em larga escala, uma economia semifeudal que aprofunda suas raízes aos capilares do organismo internacional (BRIZOLA [1961], 2004, p. 533).

Para Brizola, o capital estrangeiro, ao associar-se ao capital nacional, tende a beneficiar-se das estruturas socioeconômicas estabelecidas nas economias para as quais se destina, as reproduz e as perpetua. Isto é algo inerente à forma de operação do processo espoliativo que

[...] adquire o controle próprio ou remoto da faixa econômica mais desenvolvida. Como, porém, nos países subdesenvolvidos os empresários industriais e comerciais, os empresários das grandes empresas e os proprietários de bancos são também proprietários rurais e, em tais países, a sociedade rural típica é a latifundiária, temos que o capital estrangeiro embutido nas grandes empresas modernas é também um fator decisivo na manutenção do latifúndio (BRIZOLA [1961], 2004, p. 533).

Segundo Brizola, o latifúndio consistiria em um caso particular de estrutura arcaica reproduzida e perpetuada durante o processo espoliativo, lócus da produção primária cujos preços sofrem o processo de deterioração relativa, e em cujas relações a economia subdesenvolvida permanece relegada à condição de colônia (BRAGA *et*

11. Segundo Rangel (1957), a dualidade básica brasileira se caracterizaria pela convivência simultânea de duas formações econômicas, uma superior e outra inferior, defasadas em relação à formação existente nos países ditos desenvolvidos. Assim, por exemplo, enquanto a Europa Ocidental fazia a transição para o capitalismo após a Revolução Francesa, o Brasil ainda entrava na fase do capital mercantil após a Abertura dos Portos; enquanto Estados Unidos e Europa Ocidental ingressavam na fase do capitalismo financeiro na segunda metade do século XIX, o Brasil ainda convertia a economia escravista em latifundiária, e apareciam a indústria e a estruturação do mercado nacional. A dualidade teria origem nas relações externas, pois é neste polo que a formação econômica superior vai se ajustando às formações diferentes das que vigoram no Brasil.

12. Evidentemente, não é nossa intenção discutir a categoria de dualidade básica de Ignácio Rangel, mas apenas deixar claro que o discurso de Brizola se apropriou, à sua maneira, das interpretações formuladas para explicar a formação econômica brasileira durante os anos 1950 e 1960, e Rangel estava incluído aí. Para entender em detalhes a formulação original de Rangel, consultar seu trabalho de 1957. Ver ainda Bresser-Pereira (2013) e Malta (2014).

13. Foge ao escopo deste trabalho discutir se Brizola se apropriou corretamente da categoria de dualidade básica formulada por Rangel.

al., 2004, p. 533).¹⁴ O padrão de indústria instalado no Brasil constituiria outra estrutura adequada aos propósitos do processo espoliativo: baseado na forma de monopólios e oligopólios e com reserva de mercado.

A despeito do diálogo com as concepções cepalinas de sua época, o processo espoliativo de Brizola possuía um conteúdo que perpassava as fronteiras econômicas. A tendência à deterioração dos termos de troca descrita pela tradição cepalina – que fique claro, remonta a apenas uma das dimensões do processo espoliativo esboçado por Brizola – é resultado de características das economias centrais e periféricas que impedem estas últimas de se apropriar do progresso técnico na forma de melhoras nos preços relativos. Ou seja, é algo não intencional, não necessariamente imposto pelas economias centrais. Já o processo espoliativo de Brizola é algo deliberado, imposto pelos países desenvolvidos, que moldam as estruturas socioeconômicas subdesenvolvidas para facilitar o processo de espoliação. Em outro discurso,¹⁵ também de 1961, ele diz: “atentem para esta afirmação [...]: nossa estrutura interna é consequência, é modelada, foi sendo criada insensivelmente para servir ao processo espoliativo internacional, é função do processo espoliativo [...]” (BRIZOLA [1961a], 2004, p. 516).

Aqui residiria a face menos visível do processo espoliativo. Enquanto a deterioração dos termos de troca, as remessas de lucros e o pagamento de juros e *royalties* são mensuráveis, a manutenção das velhas estruturas e da dualidade que caracteriza o subdesenvolvimento não pode ser medida em termos econômicos, e sua relação com o processo espoliativo não é imediata.

Apesar de Brizola ter tomado o Brasil como ponto de partida para formular suas concepções a respeito do processo especulativo, elas podem ser generalizadas para os países subdesenvolvidos. Para Brizola, toda a animosidade entre os Estados Unidos e Cuba após a Revolução resulta da “luta dos revolucionários cubanos contra o processo especulativo” (BRIZOLA [1961a], 2004, p. 518).¹⁶ Os Estados Unidos, por sua vez,

14. O latifúndio é também um dos elementos utilizados por Rangel (1957) para exemplificar a dualidade básica vigente no Brasil após o período colonial. A proximidade com que Brizola conecta latifúndio com dualidade, à sua maneira, leva a crer que o político gaúcho se inspirou em Rangel.

15. Conferência proferida no auditório do Colégio Júlio de Castilhos, Porto Alegre, 20/10/1961.

16. “Por que o *pardôn* de Fidel Castro levanta ondas frenéticas de indignação, que as masmorras assassinas de Batista nunca provocaram? [...] Simples: contra Batista não se exerceu a hostilidade dos grupos econômicos americanos, porque embora criminoso, era servil ao processo espoliativo que infelicitava a pátria e escravizava o povo cubano” (BRIZOLA [1961a], 2004, p. 519).

têm papel crucial na outra ponta do processo espoliativo, pela posição hegemônica que suas corporações¹⁷ exercem desde então, legitimadas pelas políticas adotadas pelo governo norte-americano. “Somos, sim, contra um sistema econômico internacional que tem sua sede nos Estados Unidos” (BRIZOLA [1961], 2004, p. 536). Segundo Vasconcellos (2005, p. 116): “O cerne [do raciocínio de Brizola] era este: impossível reformar o país, realizar as reformas de que o Brasil carecia e ainda carece, sem tocar nas relações com os Estados Unidos”.

Para Brizola, era necessário estancar o processo espoliativo.¹⁸ Nesse sentido, as reformas de base anunciadas por João Goulart e defendidas por Brizola teriam um papel importante a cumprir: “As reformas estruturais internas que necessitamos empreender estão condicionadas [...] a que se operem ao mesmo tempo profundas transformações na forma e nas condições como se vêm realizando [...] o nosso intercâmbio e relações econômico-financeiras com o mundo exterior (BRIZOLA [1961], 2004, p. 532). Mas como a estrutura interna é moldada em função do processo espoliativo, o combate a este último constitui o principal objetivo para a obtenção de uma condição autônoma:

Sem a eliminação do processo espoliativo não conseguiremos criar as condições necessárias a um desenvolvimento autônomo do Brasil. Ou escolhemos este caminho e conquistaremos a nossa emancipação real, autêntica, ou então estamos condenados a testemunhar ainda por longo espaço de tempo o quadro que hoje nos enche de terror e de revolta [...]. (BRIZOLA [1961], 2004, p. 535)

Foi somente após o retorno do exílio que o processo espoliativo deu lugar às perdas internacionais no discurso de Brizola. Durante a campanha presidencial de 1989, a economia brasileira ainda não havia superado a chamada crise da dívida externa. Naquele ano, a dívida externa superava os US\$ 115 bilhões, e o déficit da conta de serviços e rendas das transações correntes do balanço de pagamentos era de US\$ 15,3 bilhões, dos quais US\$ 9,5 bilhões correspondiam a pagamento de juros. A economia brasileira estava em

17. “Não se trata de dar vazão a um sentimento de hostilidade contra o povo norte-americano, mesmo porque quem manipula o processo de espoliação são os grupos econômicos, as corporações [...]. Nem nossa luta seria contra qualquer povo” (BRIZOLA [1961], 2004, p. 536).

18. “O processo espoliativo é como uma doença insidiosa. O que se deve fazer é combatê-la com energia e não contemporizar com ela, fazendo concessões à própria doença. Dir-se-á que ela reclama muito mais uma intervenção cirúrgica do que um tratamento clínico” (BRIZOLA [1961], 2004, p. 534).

moratória técnica e não declarada, e os esforços de transferência de recursos reais para o exterior necessários para servir à dívida incluíam uma política cambial ativa para gerar superávits comerciais capazes de contrabalançar o déficit da conta de serviços (CARNEIRO, 2002). A contrapartida à política cambial era a inflação, que naquele ano atingiu a marca dos 1.972%, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA). O Estado brasileiro, por seu turno, se adaptava para melhor garantir o ajuste do setor privado, estatizando a dívida externa e assumindo o seu ônus na forma de encargos financeiros que comprometiam parte significativa da receita de impostos, tendo como contrapartida a redução dos investimentos públicos, inclusive das empresas estatais (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002). Diante desse quadro, a retomada do crescimento econômico tornava-se inviável, porque acarretava aumento das importações e deterioração das transações correntes, impondo uma trajetória econômica de estagnação – na década de 1980, a taxa média de crescimento do PIB foi de 1,6% ao ano, contra 8,6% na década anterior.¹⁹

É importante perceber que, nesse novo momento, o pagamento de juros ao exterior assumia o papel que outrora cabia às remessas de lucros. Na essência, o processo espoliativo – ou as perdas internacionais – permanecia o mesmo, mudando apenas a forma preponderante que o capital externo assumia no processo de apropriação da renda doméstica: agora era o capital na forma de empréstimo, enquanto no passado era o investimento direto.

Uma cumplicidade indecorosa esse endividamento que está custando o sangue do povo. Então eu digo o seguinte: isto é uma das perdas internacionais. O país está submetido a um quadro de grande roubalheira internacional. Vamos falar com a franqueza que o assunto está exigindo. O Brasil, depois da guerra, cada vez mais foi se tornando uma espécie de símbolo de exploração, de sucção da economia nacional. As classes dirigentes entraram nessa cumplicidade. Se deixaram fascinar por certas receitas internacionais e entraram nessa. A dívida é uma das grandes correntes que estão determinando essas perdas internacionais (*O Globo*, 15/09/1989, p. 15).

Qualquer que seja a forma, as estruturas social e econômica se ajustam para se adaptar ao processo, resultando em desequilíbrios macroeconômicos e problemas so-

19. Dados de inflação e PIB tirados do Ipeadata, calculados pelo autor. Dados do balanço de pagamentos extraídos do Banco Central do Brasil, Séries Temporais.

ciais. Segundo Brizola, “o déficit público e todos os vícios que caracterizam a vida brasileira são causas, são complicadores, são consequências que se tornam causa” (*O Globo*, 15/09/1989, p. 15). Assim, o jornal *O Globo* noticiava a proposta do então candidato à Presidência da República para combater a inflação:

O candidato Leonel Brizola (PDT) não se cansa de repetir que combaterá a inflação com ataques sistemáticos ao que ele batizou de “perdas internacionais”. Nesta definição estariam incluídos os pagamentos de juros da dívida externa, a remessa de lucros pelas multinacionais, a falta de fiscalização do sistema bancário para inibir a fuga de divisas e a dependência tecnológica. (NASCIMENTO, 1989, p. 10)

Durante a campanha presidencial de 1994,²⁰ a reversão das perdas internacionais mereceu destaque no programa apresentado pelo Partido Democrático Trabalhista. O “estancamento” das perdas internacionais aparecia no capítulo referente à “Transformação da Sociedade e Desenvolvimento” no mesmo nível hierárquico das políticas industrial, tributária e do setor público, incluindo as finanças públicas. O Partido Democrático Trabalhista (1994, p. 15) propunha “estancar as perdas internacionais revertendo a transferência líquida de capital nacional ao estrangeiro” ao mesmo tempo que pretendia renegociar a dívida externa subordinando o pagamento da dívida remanescente ao crescimento econômico, e priorizando as importações “necessárias à renovação da nossa indústria” no dispêndio das reservas cambiais.

Não se sabe ao certo em que momento Brizola passa a chamar de *perdas internacionais* o processo espoliativo, mas é fato que o novo termo cunhado por ele se refere ao mesmo processo que descreveu nos anos 1960: uma relação predatória envolvendo as grandes corporações das economias desenvolvidas apropriando-se de renda e riqueza geradas nas economias subdesenvolvidas, e estas, por sua vez, buscam ajustar-se a este processo e compensá-lo segundo uma lógica que acaba por gerar distorções, como a inflação. Segundo Sento-Sé, a lógica segundo a qual o inimigo externo consiste na maior força de obstrução do desenvolvimento econômico brasileiro

20. Novamente, Leonel Brizola candidatou-se à Presidência da República pelo PDT, mas sem repetir a votação obtida em 1989, tendo terminado o pleito em quinto lugar, atrás de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Enéas Carneiro e Orestes Quêrcia.

[...] é confirmada mediante o deslocamento do foco de combate dos EUA para as multinacionais e para o capital financeiro. São as multinacionais e o capital financeiro, a lógica supostamente predatória de ambos, os novos inimigos externos a serem combatidos. Investindo no país para obter lucros que, por sua vez, não são reinvestidos mas enviados para os chamados países de origem, aqueles onde a empresa teve origem e mantém sua sede principal, as multinacionais são encaradas como os grandes predadores da riqueza nacional. A atuação das multinacionais e do capital financeiro internacional remete ao principal problema econômico do Brasil, as chamadas perdas internacionais. São as perdas internacionais, entendidas como um dado estrutural da economia, que causam o desemprego e o crescimento da miséria. As perdas internacionais, enraizadas desde muitos séculos, são a chave do entendimento para a crise inflacionária, que concentrou as atenções dos economistas brasileiros, a partir da segunda metade da década de 70 (SENTO-SÉ, 1999, p. 103).

Apesar dos termos *processo espoliativo* e *perdas internacionais* aparecerem no discurso de Brizola como sinônimos, espoliação e perda têm significados distintos. *Espoliação* refere-se a uma perda decorrente de meios ilícitos, ilegais ou violentos, algo imposto, quase um roubo,²¹ e que por isso mesmo tem sua legitimidade questionada. De fato, algumas passagens dos discursos de Brizola em 1961 usam o termo “fraude”²² para referir-se às remessas de lucro para o exterior, sem deixar claro quais são os processos fraudulentos ou ilegais.

É possível que a espoliação (ilegalidade, fraude) a que Brizola se referia estivesse em um nível maior de abstração, em que as relações externas que resultam do processo espoliativo fossem impostas pelos Estados Unidos por força das armas ou por influência financeira e diplomática. Possivelmente uma agenda de pesquisas que associe tais fenômenos ao imperialismo, à *la* Vladimir Lênin, constitua um caminho promissor para associar esses fenômenos à caracterização de um processo *espoliativo*.

Desse modo, *perda* é um termo mais abrangente, que pode resultar tanto de imposições como de um processo legítimo. O termo *perdas internacionais* tem uma vantagem sobre *processo espoliativo*: caso os mecanismos ilegais e fraudulentos, pressupostos da espoliação, fossem superados, as remessas ao exterior se tornariam aceitáveis?

21. De acordo com o *Dicionário Michaelis*: “Espoliar: vtd 1 Tirar alguém, por violência ou fraude, a propriedade de alguma coisa. 2 Privar ilegalmente de (alguma coisa). 3 Despojar. Sin: esbulhar.” Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=espoliar>>. Acesso em: 26/01/2015.

22. Ver p. 136 deste artigo.

Do ponto de vista do conceito de espoliação, a resposta provavelmente seria sim. Mas mesmo as relações externas restritas à legalidade continuam a impor perdas às economias periféricas, porque a volatilidade dos preços das *commodities*, as remessas (legais) de lucros e juros ao exterior, a dependência tecnológica e a moldagem de estruturas socioeconômicas que perpetuam as condições subdesenvolvidas não dependem de fraudes ou ilegalidades.

Portanto, *perdas internacionais* é um termo que prescinde de qualquer suposição de fraude ou ilegalidade nas relações externas: essas relações simplesmente impõem perdas à periferia como algo intrínseco ao processo. O processo espoliativo seria, portanto, parte das perdas internacionais, mas este é mais abrangente, porque mesmo as relações supostamente legítimas com o exterior impõem perdas à periferia.

Feitas essas ressalvas, doravante utilizaremos o termo perdas internacionais para referir-se aos mesmos elementos constituintes do processo especulativo: deterioração dos termos de troca; remessa de recursos ao exterior na forma de remuneração do capital estrangeiro (incluindo as legais e as fraudulentas); moldagem de estruturas socioeconômicas que perpetuam as condições subdesenvolvidas; e dependência tecnológica – só que sem o pressuposto da fraude ou da ilegalidade nessas relações.

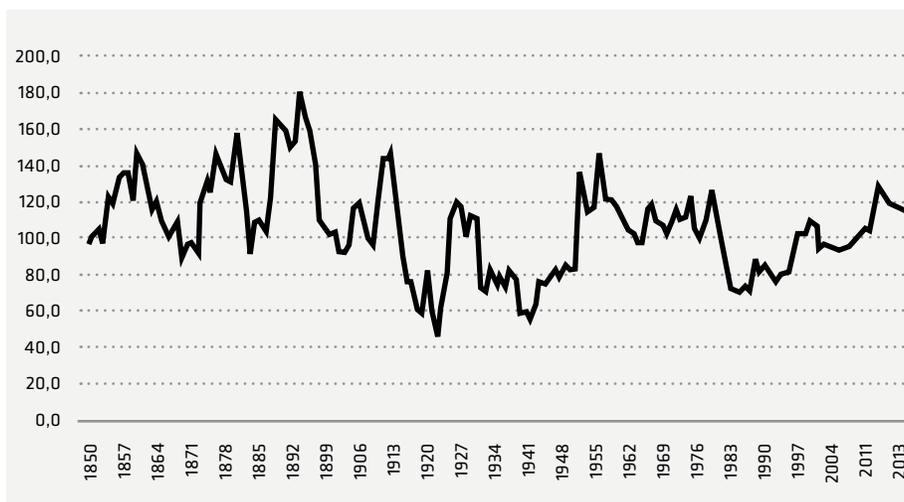
3. A importância do conceito

Como visto, a primeira das dimensões das perdas internacionais consiste exatamente no conceito cepalino de tendência à deterioração dos termos de troca. A teoria caiu em desuso nos últimos anos, talvez pela dificuldade em quantificar ou mesmo demonstrar a validade da hipótese de Prebisch.

A rigor, o gráfico 1, a seguir, não mostra uma tendência definitivamente declinante dos termos de troca do Brasil com o exterior, mas sim a existência de ciclos que alternam momentos (muitas vezes longos) de deterioração dos termos de intercâmbio com momentos de recuperação. Os anos que forjaram a liderança nacional de Brizola coincidem com uma fase de queda bastante acentuada dos termos de troca, que tem início no ano de 1957, e somente se reverte em 1964. Durante quase toda a ditadura militar, a variável permanece estável, e despenca após o segundo choque do

petróleo, no final da década de 1970, quando Brizola retorna do exílio. Os termos de troca permanecem deprimidos durante toda a década, incluindo o ano de 1989, quando ocorre a primeira eleição direta para presidente da República desde a ditadura militar. Em suma, a conjuntura na qual Brizola atuou como liderança em escala nacional coincide com um momento desfavorável para a evolução dos termos de troca, com implicações severas para a economia brasileira.

Gráfico 1 | Índice de termos de troca, 1850-2013 (média, 2006 = 100)



Fonte: ipeadata

A despeito de os dados empíricos não confirmarem que a deterioração dos termos de troca seja uma tendência de longo prazo,²³ sua volatilidade – associada em grande parte à volatilidade dos preços das *commodities* – constitui um problema particularmente difícil para as economias periféricas. Como essas economias são, em geral, devedoras líquidas em moeda estrangeira e sua conta de rendas é estruturalmente deficitária, uma contração dos preços das *commodities* deteriora o saldo em transações correntes, aumentando a dependência de financiamento externo. Já as economias

23. Rodríguez (2009) apresenta a tese da deterioração dos termos de troca em suas diferentes versões, e ainda resenha os estudos mais críticos, rechaçando os argumentos contrários e concluindo, ao final, pela sua validade.

centrais são, em geral, superavitárias na conta de rendas, de modo que conseguem absorver em melhores condições os ciclos expansivos das *commodities*. Além disso, economias periféricas possuem pautas de exportação mais rígidas e concentradas em *commodities*, e por isso as quedas de preços lhes são mais onerosas.

A questão está inerentemente relacionada ao segundo aspecto do processo espoliativo: a remessa de lucros e pagamento de juros ao exterior. Nesse caso, é interessante observar a mudança da composição do déficit da conta de rendas das transações correntes (gráfico 2): até meados da década de 1950, as remessas de lucros explicavam a maior parte do déficit de rendas. Como o Brasil acumulava superávits comerciais, essas remessas explicavam também o déficit em transações correntes. Isso explica por que o controle das remessas de lucros era parte frequente do debate econômico daquele período, particularmente dos políticos de tradição trabalhista.²⁴

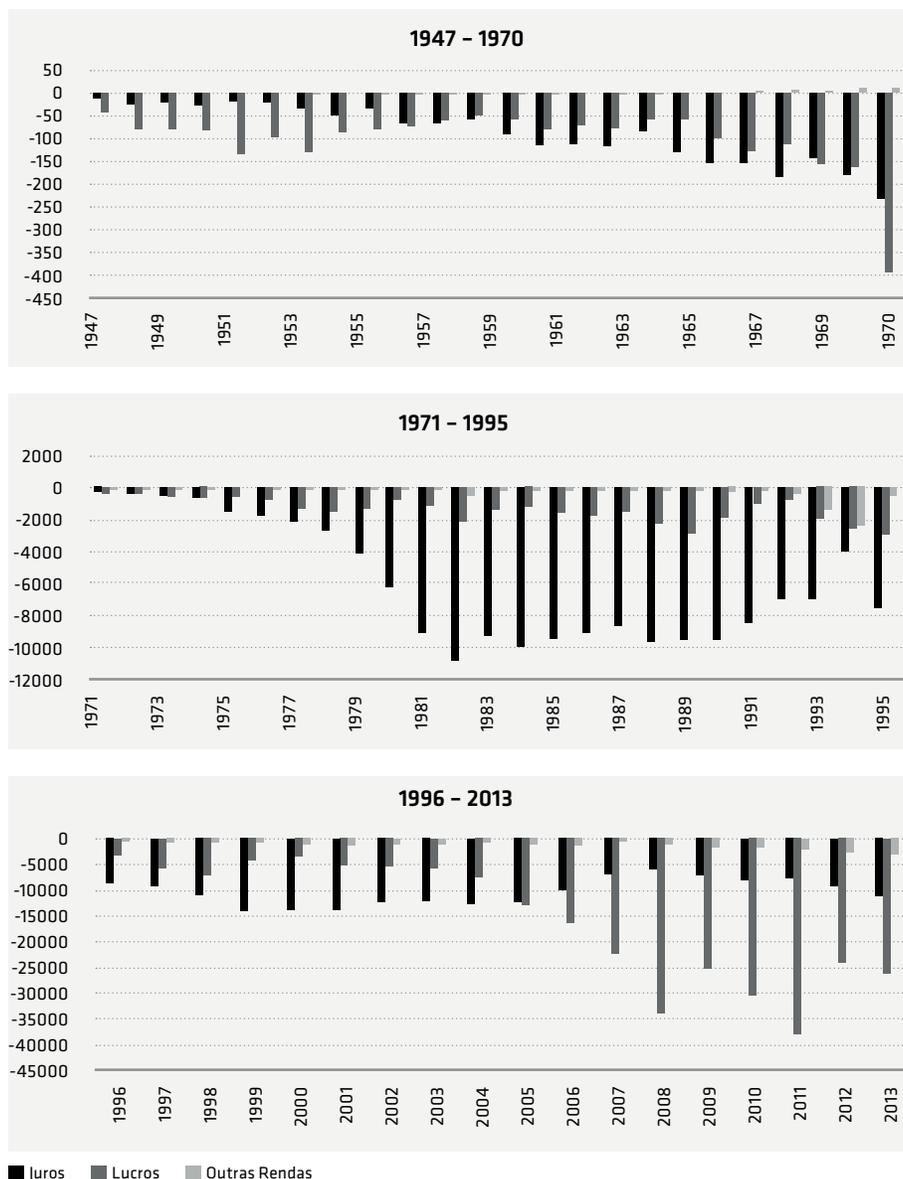
A partir da década de 1960, quando se intensifica o ciclo de endividamento externo, o pagamento de juros é que passa a deter a primazia do déficit da conta de rendas, durante três décadas: de 1974 a 2004 (gráfico 2).²⁵ Somente após o ano de 2005 é que as remessas de lucros voltam a superar o pagamento de juros, refletindo a onda de investimentos diretos estrangeiros ocorrida após a segunda metade dos anos 1990.²⁶

24. O pioneirismo na regulamentação da remessa de lucros data de fevereiro de 1946, com o decreto-lei nº 9.025, que impunha o limite de 20% para o retorno do capital (repatriação) e de 8% para as remessas de lucros, juros e dividendos calculados com base no capital registrado inicialmente, proibindo incorporar os reinvestimentos nesta base. Este último dispositivo foi suprimido dois meses depois. Segundo Campos (2003), a inexistência de mecanismos eficazes de fiscalização não significou riscos ao capital estrangeiro. Em janeiro de 1952, o presidente Vargas, por meio do decreto nº 30.363, restabeleceu a proibição de incorporação dos reinvestimentos na base de cálculo para as remessas de lucro, e determinou que o capital remetido ao exterior acima desse limite deveria ser abatido, reduzindo ainda mais a base de cálculo desses percentuais – e limitando ainda mais as remessas. O próprio Vargas, na lei nº 1.807, liberou as remessas com base nos reinvestimentos de lucro. A limitação das remessas de lucro ganharia novo capítulo no governo de João Goulart, com a lei nº 4.131, promulgada em 03/09/1962, mas só regulamentada em janeiro de 1964. A lei resgatava os princípios do decreto-lei nº 9.025 e do decreto nº 30.363, retirando os reinvestimentos da base de cálculo e impondo um percentual de 10% para as remessas, além de disciplinar o pagamento de juros, royalties e assistências técnicas. Segundo Campos (2016, p. 28), a lei nº 4.131 foi “a mais bem organizada legislação para essa questão até o momento”.

25. Como já foi assinalado, a crise da dívida estava na agenda da campanha presidencial de 1989, e naquela ocasião o pagamento de juros consistia na principal componente do déficit da conta de rendas e das transações correntes do balanço de pagamentos. Era, portanto, a principal fonte de perdas internacionais segundo o discurso de Brizola, que, candidato à Presidência da República, sentenciava: “A dívida é uma das grandes correntes que estão determinando essas perdas internacionais. [...] Um governo coerente terá de declarar: ‘Senhores, a situação é muito grave no nosso país. [...]’ [...] Por favor, compreendam, mas vamos suspender tudo, como faz qualquer devedor de um banco que não tem mais o que dar de comer a sua mulher e a seus filhos em casa. E não temos. Vamos suspender tudo e precisamos de uma carência, porque os fundamentos dessa dívida foram para desenvolver a economia brasileira e acontece que a economia está dando para trás, está em crise” (*O Globo*, 15/09/1989, p. 15).

26. Para entender a retomada dos investimentos externos nos anos 1990, ver Carneiro (2002).

Gráfico 2 | Brasil: remessa de lucros, pagamento de juros e outras remunerações (US\$ milhões), 1947-2013



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Remessa de lucros e pagamento de juros são a remuneração do passivo externo, que é o total de compromissos a saldar no exterior em moeda estrangeira. Não existe uma série histórica longa para o passivo externo brasileiro, mas entre 2003 e 2012 o passivo externo bruto brasileiro passou de US\$ 404 bilhões para US\$ 1,5 trilhão. Descontados os ativos de residentes no exterior, inclusive as reservas internacionais, o passivo externo líquido teria passado, durante o mesmo período, de US\$ 269 bilhões para US\$ 727 bilhões (GENTIL; ARAÚJO, 2014).

Estoque e fluxo constituem dois lados da mesma moeda: agentes não residentes tornam-se proprietários de ativos produtivos e financeiros nacionais, e fazem jus a uma remuneração, que corresponde à parte do fluxo de renda gerado no processo produtivo. Esta parte apropriada pelos agentes não residentes não retorna à economia nacional na forma de reinvestimentos, tampouco há alguma garantia de que esses recursos se converterão em demanda por produção doméstica sob a forma de consumo.

Passivo externo bruto e líquido e a remuneração deste passivo constituem a parte mensurável das perdas internacionais. Existe outra parte mais difícil de mensurar: quando estrangeiros se tornam proprietários de parte dos ativos produtivos, perdem-se graus de liberdade na tomada de decisões estratégicas que envolvem produção, investimento e geração de empregos, alienadas aos seus proprietários estrangeiros segundo interesses que muitas vezes podem conflitar com as necessidades do desenvolvimento doméstico. É o caso das fontes de energia e de recursos minerais, cujo suprimento é considerado estratégico para as empresas que operam em escala global. O controle desses suprimentos em empresas verticalizadas pode impor a formação de oligopólios e monopólios em escala global, dando-lhes poder de mercado capaz de controlar os preços dessas *commodities*, impondo condições desfavoráveis às economias que os produzem e exportam – reforçando o primeiro aspecto das perdas internacionais, a volatilidade dos termos de troca.

Já a propriedade de ativos financeiros por parte de não residentes também oculta nuances importantes. Os ativos financeiros são mais líquidos que os produtivos, de modo que a aquisição de ativos financeiros por parte de agentes não residentes eleva a componente de curto prazo do passivo externo, que é mais suscetível à fuga nos momentos de reversão do estado de confiança e que explica as recorrentes crises cambiais a que a economia brasileira está submetida. Em 2012, o passivo externo bruto de curto prazo brasileiro era de US\$ 557 bilhões, maior do que o estoque de reservas inter-

nacionais, de aproximadamente US\$ 377 bilhões (GENTIL; ARAÚJO, 2014). Outro aspecto difícil de mensurar, também associado à desnacionalização dos ativos financeiros, é a ameaça de fuga dos capitais de curto prazo que impõe um *mix* de política econômica do tipo *market friendly*.

O terceiro aspecto das perdas internacionais dialoga com os dois anteriores: é a dependência tecnológica. De modo geral, as economias periféricas caracterizam-se por possuírem estruturas produtivas pouco diversificadas *vis-à-vis* estruturas de consumo mais diversificadas. O esforço de diversificação da estrutura produtiva com o intuito de adaptá-la à estrutura de consumo tem como limitação, entre outros aspectos, o fato de não terem o domínio das tecnologias utilizadas. Em geral, a introdução das novas técnicas no sistema produtivo ocorre com defasagem, e por importação de bens de capital. De fato, a necessidade de conhecimento tecnológico, característica das indústrias de bens de capital, representa uma barreira à sua entrada, de modo que a importação de bens de capital constitui a forma mais fácil de inserção das novas tecnologias. Por outro lado, a adoção de padrões de consumo sob a forma de novos produtos finais com maior sofisticação tecnológica também caracteriza a dependência tecnológica (FURTADO, 1995). A maior capacidade de agregação de valor contida nos bens de mais alta intensidade tecnológica, por sua vez, reforça o primeiro aspecto das perdas internacionais: o crescente esforço exportador que as economias periféricas devem realizar para ter acesso aos novos produtos intensivos em tecnologia importados do centro se traduz em perdas para a periferia.

Historicamente, as economias periféricas utilizaram-se dos investimentos diretos externos como parte de estratégias de incorporação de tecnologia, e assim introduziram em suas estruturas produtivas as indústrias mais intensivas em tecnologia, como a automobilística e a de material elétrico e eletrônico. A contrapartida dessa estratégia é a intensificação do processo de dependência financeira e a desnacionalização do parque produtivo (CERQUEIRA, 2014), ambos os fenômenos já discutidos anteriormente.

Ademais, os padrões tecnológicos desenvolvidos nas economias centrais são adequados a mercados de trabalho que se caracterizam pela escassez de mão de obra, e por isso são incapazes de absorver o excedente estrutural de mão de obra que configura as economias periféricas. Com efeito, essas economias evidenciam-se também por terem estruturas duais, em que convivem o moderno e o arcaico, o setor de alta produtividade com o de baixa produtividade (FURTADO [1959], 2006; TAVARES

1963; PINTO [1969], 2000). As estruturas socioeconômicas moldadas ao longo desse processo tendem a perpetuar as condições que caracterizam o subdesenvolvimento, e constituem, finalmente, o quarto aspecto das perdas internacionais – e o de mais difícil mensuração. As estruturas modernas e de mais alta produtividade, em geral, são aquelas voltadas para o comércio exterior, ou associadas ao capital estrangeiro. As estruturas modernas não produzem efeitos de transbordamento capazes de absorver as estruturas arcaicas. Com efeito, nas sociedades subdesenvolvidas convivem setores produtivos com elevada produtividade, semelhantes aos setores de alta produtividade dos países desenvolvidos, com setores de baixa produtividade. O leque salarial tende a ser maior, estando alocados nos setores de alta produtividade os trabalhadores com maiores níveis de remuneração e qualificação, enquanto os setores de baixa produtividade absorvem trabalhadores menos qualificados com as menores remunerações. A expansão do setor de alta produtividade continua sem conseguir absorver os trabalhadores dos estratos de menor produtividade, de tal modo que as condições que caracterizam o subdesenvolvimento se perpetuam.²⁷

Considerações finais

Processo espoliativo ou perdas internacionais são termos que não existem no jargão econômico. Brizola era engenheiro por formação, e talvez por isso não dominasse o jargão econômico. Nem por isso desconhecia o funcionamento do sistema econômico, particularmente naquilo que caracteriza o funcionamento das economias periféricas, e suas relações com o exterior. Bom orador, Brizola tinha o domínio das técnicas de comunicação disponíveis em seu tempo, e possivelmente preferiu criar um termo que fosse mais compreensível ao cidadão brasileiro comum. Outra possibilidade é que Brizola não percebesse no jargão econômico uma expressão capaz de sintetizar o processo espoliativo, ou as perdas internacionais, tais como ele próprio descreveu.

27. Em 2009, o estrato de mais alta produtividade no Brasil correspondia a 69% do PIB e representava apenas 18% do emprego formal, enquanto o setor de baixa produtividade detinha 9,7% do PIB, empregando 51,2% dos postos formais de trabalho (NOGUEIRA; INFANTI; MUSSI, 2014, p. 367)

As razões são menos importantes do que o termo cunhado por Brizola. Importa é resgatar a natureza do termo e a sua importância. As perdas internacionais devem ser entendidas em suas quatro dimensões: deterioração dos termos de troca; remessas de recursos ao exterior para remunerar o capital estrangeiro; moldagem das estruturas socioeconômicas que perpetuam as condições subdesenvolvidas; e dependência tecnológica. O termo é mais do que a mera soma das quatro dimensões, porque permite relacioná-las. Entendendo que as relações entre as quatro dimensões impõem *perdas* às economias subdesenvolvidas, o termo é útil porque reapresenta o debate entre as estruturas econômicas periféricas e o setor externo em outros termos. A superação das condições que impõem tais perdas passa por esferas que definem essas relações – transcendem, portanto, a esfera estritamente econômica, muito embora o ponto de partida das definições das *perdas internacionais* esteja nessa esfera. O mesmo é válido para o campo normativo: a superação das condições que impõem as *perdas internacionais* tem na esfera econômica as condições necessárias, mas não suficientes, sendo necessário recorrer às outras dimensões abarcadas pelo termo.

Referências

- AGUIAR, L. A. *Brizola: política e legalidade*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2012.
- BASTOS, P. Z. Centro e periferia no padrão-ouro: qual a contribuição da *Formação econômica do Brasil*? In: ARAÚJO, T. P.; VIANNA, S. W.; MACAMBIRA, J. (Orgs.) *50 anos de Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.
- BASTOS, C. B. Inflação e estabilização. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (Orgs.) *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BELLUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. G. *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo: 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BRIZOLA, L. (1961) Palavras à mocidade do meu país. In: BRAGA, K.; SOUZA, J. B.; DIONI, C.; BONES, E. (Coords.) *Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos (1922-2004)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004.
- _____. (1961a) Subdesenvolvimento e processo espoliativo: atraso, pobreza, marginalismo. In: BRAGA, K.; SOUZA, J. B.; DIONI, C.; BONES, E. (Coords.) *Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos (1922-2004)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2004.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Ignácio Rangel: ciclos longos, dualidade, e um depoimento pessoal. *Análise Econômica*, vol. 31, n. 59, mar. 2013.
- BUSATO, M. I. *Crescimento econômico e restrição externa: um modelo de simulação pós-keynesiano*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.
- CAMPOS, F. *Estratégias de desenvolvimento nacional: o papel do capital estrangeiro entre o segundo governo Vargas e o governo Castelo Branco (1951-1966)*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 2003.
- _____. Complexo multinacional e “Lei de Remessa de Lucro” (1956-1973). *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 45, p. 10-35, 2016.
- CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: A economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp, 2002.
- CERQUEIRA, D. F. *A integração do Brasil com os países da América do Sul (2003-2010): o IED brasileiro, a IIRSA e a consolidação da dependência*. Tese (Doutorado). Niterói: Faculdade de Economia/UFF, 2014.
- FURTADO, C. (1959) *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. A invenção do subdesenvolvimento. *Revista de Economia Política*, vol. 15, n. 2 (58), p. 5-9, abr.-jun.-1995,.
- GENTIL, D. L.; ARAÚJO, V. L. Dívida pública e passivo externo: onde está a ameaça? In: EARP, F. S.; BAS-TIAN, E. F.; MODENESI, A. M. (Orgs.) *Como vai o Brasil?* Vol. 1. Rio de Janeiro: Imã Editorial, 2014.

- GONÇALVES, R. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- MALTA, M. M. Ignácio Rangel e a categoria dualidade básica: uma interpretação do Brasil, Belo Horizonte, *Nova Economia*, vol. 24, n. 1, p. 17-32, 2014.
- MARTINS, C. E. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais. In: NIE-MEYER A. F. (Org.) *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.
- NASCIMENTO, A. Inflação, inimiga número um dos candidatos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 05/11/1989, O País, p. 10.
- NOGUEIRA, M. O.; INFANTE, R.; MUSSI, C. Produtividade do trabalho e heterogeneidade estrutural no Brasil contemporâneo. In: DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. (Orgs.) *Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes*. Brasília: ABDI: Ipea, 2014.
- O GLOBO. Brizola: Quem tem mais, fará mais sacrifício. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15/09/1989, p. 15.
- PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. *Projeto Brasil: só a força do povo pode mudar o país*. Documento Básico de Trabalho. [S.I.: s.n.], 1994.
- PATRÍCIO, I.; ARAÚJO, V. L. Inflação e desenvolvimento no pensamento econômico brasileiro, *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, vol. 10, n. 1., p. 55-65, jan.-jun. 2015,.
- PEREIRA, B. R. *Revisão crítica da hipótese de poupança forçada para a economia brasileira: 1946-1964*. Dissertação (Mestrado). Niterói: UFF/Faculdade de Economia, 2006.
- PINTO, A. Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.) *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.) *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RANGEL, I. (1957) Dualidade básica da economia brasileira. In: RANGEL, I. *Ignácio Rangel: obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- RODRÍGUEZ, O. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SENTO-SÉ, J. T. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- TAVARES, M. C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*. Zahar: Rio de Janeiro, 1963.
- VASCONCELLOS, G. F. *A Jangada do Sul: Getúlio, Jango e Brizola*. São Paulo: Casa Amarela, 2005.

Recebido em 9/6/2016
e aceito em 3/2/2017.